

## Uma questão de poder\*

*Silvio Caccia Bava*

*Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.*

*Publicado em: 15/06/2004*

Pesquisa recente mapeou a existência de 27 mil conselhos municipais de gestão de políticas públicas no Brasil. É um número impressionante. Esses conselhos se definem como paritários e deliberativos. Paritários porque são constituídos por 50% de representantes dos governos e 50% de representantes populares, eleitos pela comunidade. Deliberativos porque a esses conselhos é atribuída a função de decidirem sobre as políticas públicas de sua responsabilidade.

São conselhos de saúde, assistência social, educação, defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, trabalho e emprego, defesa do meio ambiente, turismo, habitação, transporte, política urbana, desenvolvimento rural, etc. Foram criados, em sua grande maioria, no processo de democratização da sociedade brasileira pós-ditadura. Muitos foram fruto da Constituição de 1988, outros das Leis Orgânicas Municipais.

Se fizermos umas contas, veremos que são mais de 200 mil pessoas que, representando os interesses de suas comunidades, foram eleitas para participar destes novos espaços, destas novas esferas públicas no interior das quais a agenda fundamental é o fortalecimento dos direitos de cidadania. Poucos países podem ostentar estes indicadores de participação cidadã.

No entanto, o que vemos por toda parte é um descrédito acerca desta nova forma de participação cidadã na gestão pública. Muitos afirmam que os conselhos estão esvaziados de poder, não decidem nada, são manipulados pelos governantes, tornaram-se formas de controle que canalizam as demandas populares e evitam assim as pressões diretas, as manifestações de massa. Já temos notícia inclusive de entidades que se retiraram destes conselhos a partir de avaliações que desacreditam da sua importância enquanto novas esferas democráticas de participação.

De fato, no momento atual estas formas de participação estão em crise. E é preciso avaliar por que estão em crise. A depender da avaliação que se faça, podem surgir distintas alternativas para se enfrentar a situação presente.

Um primeiro elemento a considerar é que nunca no Brasil tivemos 200 mil pessoas eleitas por suas comunidades, que se sentem investidas de uma responsabilidade pública, dispostas a participar de reuniões, debates, comprometidas com a defesa de direitos. Em sua grande maioria são mulheres pobres, da periferia, com baixa escolaridade, vinculadas a associações de moradores, a entidades comunitárias, a comunidades de base, a movimentos sociais.

Muitas dessas pessoas se sentem pressionadas por suas comunidades para que apresentem resultados, já que foram escolhidas para expressar as demandas e necessidades coletivas de seu bairro, de sua região, do seu município. Como os conselhos de gestão não estão

conseguindo responder a estas expectativas, sua situação se torna delicada, começam a ser questionadas por aqueles que as elegeram.

Um segundo elemento a considerar é o comportamento dos governos com relação aos conselhos de gestão. Embora pela lei os governos estejam obrigados a valorizar estes conselhos como espaços de decisão sobre as políticas públicas, o que se vê é o esvaziamento do caráter deliberativo destas instâncias. Isto ocorre mesmo com os governos considerados de esquerda, que se identificam como democráticos e populares.

Numa situação como essa é compreensível o desalento que se manifesta, seja por parte dos conselheiros, seja por parte da população. A avaliação é que não vale a pena participar. Ainda que haja uma boa dose de razão para este julgamento, ele não deixa também de ser ingênuo.

Os conselhos de gestão são lugares de disputa. Disputa pelos recursos públicos, disputa pela orientação das políticas públicas. Não basta levar ai uma opinião, uma posição. É preciso acumular forças, acumular poder para disputar nestas novas esferas públicas. E o poder dos representantes das comunidades só pode ser a força da sua comunidade organizada. A capacidade de mobilização coletiva na defesa das suas propostas.

Nenhum governo vai abrir mão, espontaneamente, do seu poder de decidir sobre a orientação das políticas públicas e sobre o destino dos recursos públicos. Ou a comunidade tem força para exigir seus direitos, ou os conselhos permanecerão esvaziados enquanto instâncias de decisão.

\*Texto originalmente publicado no Diário de São Paulo de 1o de junho.